

A EXPERIÊNCIA DO LIMITE: A TRADUÇÃO DE *LA VÉRITÉ EN PEINTURE*

Olívia Augusta Niemeyer SANTOS¹

RESUMO: Minha tese pretende considerar a experiência da tradução de *La Vérité en peinture* (Champs-Flammarion, 1978), em seus vários aspectos, e reconhecer, na singularidade desse ato tradutório, algumas das questões e pressupostos que percorrerem o pensamento ocidental: a oposição fora/dentro; a possibilidade/impossibilidade do encontro com o outro; o mito da origem e a restituição como apropriação. A tradução desse livro me deu a oportunidade de levantar questões sobre limites, origem, hospitalidade, autoimunidade, como nos protegemos *de* e nos abrimos *para* o outro. Em seus pontos limites, aqueles que resistem mais explicitamente à passagem para outra língua, a tradução de *La Vérité en peinture* pode ser considerada um operador apropriado para refletir sobre alteridade em seus diversos aspectos. Essa experiência-limite revela tanto a importância e a potência dos estudos da tradução para a reflexão desconstrutivista quanto a importância e a potência da reflexão de Jacques Derrida para os estudos da tradução.

Palavras-chave: tradução, desconstrução, autoimunidade, *La vérité en peinture*.

RESUME: Ma thèse prétend considérer l'expérience de la traduction de *La Vérité en Peinture* (Champs-Flammarion, 1978), sous ses différents aspects et reconnaître, dans la singularité de cet acte traductoire, quelques-unes des questions et des pressupposés qui parcourent la pensée occidentale : l'opposition dehors/dedans ; la possibilité/l'impossibilité de la rencontre avec l'autre ; le mythe de l'origine et la restitution en tant qu'appropriation. La traduction de ce livre m'a permis de poser des questions au sujet de limites, d'origine, d'hospitalité, d'auto-immunité et aussi de me demander comment l'on se protège *de* et l'on s'ouvre à l'autre. Dans ses points limites, ceux qui résistent le plus explicitement au passage d'une langue à l'autre, la traduction de *La Vérité en peinture* peut être considérée comme un opérateur approprié pour réfléchir sur l'altérité sous ses divers aspects. Cette expérience-limite révèle l'importance et la puissance des études de traduction pour la réflexion déconstructiviste ainsi que l'importance et la puissance de Jacques Derrida pour les études de traduction.

Mots-clés: traduction, déconstruction, auto-immunité, *La vérité en peinture*.

Nesta apresentação, vou me ater ao primeiro capítulo da minha tese que articula o primeiro ensaio do livro *La Vérité en peinture*, de Jacques Derrida (1978), denominado “Parergon”, com a questão tradutória.

Parergon é um termo de Kant, aparece em *A crítica da faculdade do juízo* (1995). Em grego, *parergon* significa “além ou ao lado do *ergon*”, o “fora da obra”, aquilo que é somente um

¹ Doutoranda em Linguística Aplicada, na área de Tradução, UNICAMP.

acessório accidental, ornamentos adjuntos que se acrescentam a uma obra já completa por si mesma.

Mesmo aquilo que se chama de ornamentos (*parerga*), isto é, que não pertence à inteira representação do objeto internamente como parte integrante, mas só externamente como acréscimo e que aumenta a complacência do gosto, faz isto, porém, somente pela sua forma, como as molduras dos quadros, ou as vestes em estátuas, ou as arcadas em torno de edifícios suntuosos (Kant, 1995, #14).

Na *Crítica da faculdade do juízo*, Kant estabelece uma rede de outras oposições necessárias para o embasamento de seu pensamento: sensível/inteligível, sujeito/objeto, essencial/acidental, teórico/prático, natureza/costume, e, o que interessa principalmente neste capítulo, a dicotomia dentro/fora. É preciso determinar os limites entre o que é intrínseco ao objeto estético e o que é extrínseco, contingente, o que deve ser afastado para que possamos afirmar com propriedade “isto é belo”.

A reflexão desconstrutivista sobre o pensamento estético kantiano inicia com uma leitura atenta, cuidadosa e detalhista da terceira *Crítica*, chamando a atenção para o lugar em que o texto kantiano se abre para novas leituras, novas interpretações. É o “ponto cego”, o lugar que excede as intenções do autor, o ponto-limite em que a terceira crítica se revela instável, deslizante, sem fugir, todavia, de uma rigorosa lógica textual. E Derrida encontra esse ponto limite, esse lugar contraditório, aporético, mas que, paradoxalmente, abre caminho para novas configurações teóricas, no # 14 da *Crítica da faculdade do juízo*.

Nesse parágrafo, Kant afirma que os ornamentos (*parerga*), não fazem parte integrante da obra de arte, são acréscimos externos, como as molduras dos quadros, as vestes nas estátuas ou as arcadas em torno de edifícios suntuosos.

Entretanto, depois de estabelecer que o *parergon* não faz parte da obra, Kant coloca a moldura e os outros acréscimos externos participando do “dentro” da obra, aumentando a satisfação do observador, interagindo com seu sentimento de prazer ou desprazer.

O discurso filosófico sempre rebaixou o *parergon*, como sempre fez com um dos termos de uma dicotomia, como nas oposições “essencial/acidental”, “sério/não sério”, “original/tradução”, quando o segundo termo foi sempre considerado inferior, marginal, secundário ou suplementar ao primeiro termo. O mesmo acontece com a moldura em Kant: ela

está na borda da obra, depende dela, é acidental e pode ser retirada sem que a obra perca sua essência ou completude. Mas, ao mesmo tempo, limita e focaliza a atenção sobre a obra, emoldura o “dentro” e cria um “fora”, estabelece os limites entre o que é arte e o que não é arte. O *parergon*, portanto, é um indecível, ao lado de tantos outros destacados por Derrida nos textos tradicionais da filosofia: *pharmakon*, suplemento, o vírus, etc.

Por que fazer uma reflexão desconstrutivista sobre a tradução a partir do ensaio “Parergon”? Porque podemos estender a questão do limite em Derrida e examinar a fronteira entre original e tradução, destacar os pontos limites, os pontos intraduzíveis do original encontrados pelo tradutor e debater sobre a potência desses pontos limites para a questão tradutória. Nesses pontos, o ato tradutório se dá a ver em toda sua complexidade, é o lugar onde a tradução, mais explicitamente do que em outro, deixa de ser vista como um ato servil e secundário e ganha consistência própria.

A leitura derridiana não tem como objetivo, como sabemos, louvar ou refutar o texto em questão, mas sim examiná-lo rigorosa e minuciosamente, procurando os pontos de instabilidade nos quais opera o que Derrida denomina de “indecível”, tendo sempre o cuidado de evitar que esse exame se transforme em um conjunto disponível de procedimentos regulamentados, de práticas metódicas, de caminhos acessíveis.

Nesse primeiro capítulo de *La Vérité en peinture*, Derrida não cita o ato tradutório como um *parergon*; a afirmação de que a tradução pode ser entendida como um *parergon* é uma afirmação minha, uma relação ou analogia forçada: de alguma forma, a minha tradução está e não está fora de *La Vérité en peinture*, está nas bordas do ensaio, está no limite, mas permite ver o que está dentro, participa do livro, explicita os complexos limites entre original e tradução.

O que sugere o termo “limite” neste trabalho, colocado em posição de destaque, no título, acima da obra, um *parergon* também, fora/dentro da obra? O limite marca um espaço em volta de um território, determina o lugar onde uma coisa termina e a outra começa, separa o que é arte e o que não é, estabelece o que está dentro de um texto – de um original, por exemplo - e o que está fora.

Uma discussão estético-desconstrutivista, se existe, trabalharia com os próprios conceitos artísticos da tradição, questionando seus pressupostos e, ao mesmo tempo, ultrapassaria seus limites, demasiadamente cerceados pelos dogmas da tradição, com a finalidade de abrir novas formas de levantar questões sobre arte, como faz Derrida em *La Vérité en peinture*. Da mesma

forma, uma visão desconstrutivista nos Estudos de tradução, a partir da lógica do *parergon*, procura levantar os pontos de aporia, as situações-limites reveladas pelo ato tradutório para poder considerar o texto traduzido como um outro texto “além ou fora do original” e que, ao mesmo tempo, participa do “dentro do original”, uma dobra do fora no dentro, uma moldura que enquadra e, ao mesmo tempo, transborda as fronteiras entre dois ou mais sistemas lingüísticos.

O ato tradutório, como foi examinado na nossa tradição cultural - baseada na possibilidade e no dever de fidelidade a uma mensagem presente dentro da moldura bem demarcada do texto original -, foi colocado numa posição secundária e servil, rebaixando os tradutores à condição de parasitas do autor. Em nossa época, entretanto, vários filósofos passaram a interrogar o ato tradutório por outros ângulos, acrescentando novas configurações aos conceitos já desgastados dos estudos tradicionais sobre tradução. Segundo Antoine Berman (1984), "no século XX, a tradução entrou no horizonte filosófico como uma questão explícita e crucial com pensadores tão diferentes como Wittgenstein, Karl Popper, A. Quine, Heidegger, Gadamer e, mais recentemente, Michel Serres e, sobretudo, Jacques Derrida" (Berman, 1984, p.295).

A posição secundária do tradutor ainda não é, em nossos dias, uma questão ultrapassada, embora seja verdade que escritores como Berman (1984), Venuti (2002), Arrojo (1992) e outros, especialmente na década de 80, reivindicaram com veemência um lugar de destaque merecido para a tradução e, conseqüentemente, para o tradutor. Acumularam-se os textos em torno do outro, do secundário, do excluído, tal como se deu com outras lutas de tantas minorias em busca de reconhecimento e identidade.

Podemos acompanhar a polêmica sobre o descaso com a tarefa do tradutor pela internet, no *blog* de Denise Bottman². Por e-mail pessoal, a autora comentou esse desrespeito:

Do ponto de teórico e acadêmico, sem dúvida, o 'ato tradutório' tem sido respeitado há várias décadas, merecendo inúmeros estudos em profundidade, em todo o mundo. Outra coisa é a questão prática, quanto ao respeito editorial pela atividade tradutora: por motivações econômicas escusas, muitas editoras têm lançado mão do plágio, que é crime definido no código civil, no código penal e na legislação referente aos direitos autorais, além de criar situações de concorrência desleal no mercado e de atingir o patrimônio tradutório brasileiro. Ainda em termos sociais e empíricos, os meios de comunicação ainda não se conscientizaram o suficiente quanto ao direito do tradutor em ter seu nome estampado nas notícias e resenhas de livros e lançamentos editoriais.

² <http://naogostodeplagio.blogspot.com>

Marcos Siscar colaborou no blog "não gosto de plágio"³, comentando a revalorização da atividade do tradutor:

[...] Nossa época assiste a uma renovação da teoria da tradução que coincide com a crítica à lógica da transferência do sentido e ao rebaixamento do texto traduzido como secundário, mero simulacro do texto original. Resgatando o interesse e a importância do texto traduzido, uma faixa substantiva da teoria da tradução atual procura restaurar a dignidade do excluído, do reprimido, daquilo que é sistematicamente marginalizado como derivação do original, como atividade servil e, conseqüentemente, mal paga. Não é só a tradução, mas também o tradutor que passa por um processo de revalorização, processo cuja dificuldade pode ser imaginada quando constatamos a profundidade das raízes da centralidade do original e da rejeição do imitado em nossa cultura. Essa rejeição, ou repressão, do imitado fica bastante clara quando nos deparamos com um livro traduzido sem a menção do nome do tradutor ou quando nos defrontamos com a própria falta de regulamentação adequada da profissão.

A pergunta sobre o papel dos tradutores continua, portanto, pertinente e atual, e a reflexão desconstrutivista, privilegiada nesta tese, amplia e renova essa questão.

Para Derrida, a filosofia ocidental define-se como projeto de tradução, como fixação de um certo conceito de tradução - a tradução como um transporte do significado do texto original para outra língua - e, ainda segundo o filósofo, "e em toda parte onde a tradução, nesse sentido, é derrotada, não é nada menos que a filosofia que é derrotada" (Derrida, 1982, pp. 159-160). É essa a importância da tradução para Derrida: ela é um instrumento poderoso para abalar certos pressupostos que há muito se instalaram em nossa cultura e que precisam se revistos.

Ao longo de toda sua obra, o filósofo argelino examina pontualmente a questão tradutória, especialmente esse jogo entre o fora e o dentro da "moldura" do texto: o tradutor escreve a partir de um original, respeitando seus limites, mas não pode deixar de ultrapassar esses limites, embora esse movimento não seja uma escolha, um transgredir voluntário. Ao contrário, o que pretende o tradutor - sua tarefa, seu desejo - é proteger o querer dizer do autor, transportá-lo, sem perda considerável, para sua língua materna.

Mas o tradutor faz mais do que seu desejo e sua inquietação permitem; ele desloca, enxerta e modifica o querer dizer do autor. Ele coloca para "dentro" do texto o que está "fora",

³ Bottman esclarece: "artigo inédito do colega Marcos Siscar, gentilmente cedido para publicação aqui no blog"

um movimento de inflexão – que relaciono com o quase-conceito de autoimunidade - que desarranja a boa ordem do conceito de tradução como transporte neutro de significados de uma língua a outra.

Sabemos que Derrida escreve para não ser traduzido e, entretanto, se oferece ao ato tradutório “sem condição”. É o filósofo da tradução e avança barreiras contra a tradução de seus textos. Utiliza estratégias textuais que criam textos-limites e produzem forças de interpretação que minam as fronteiras entre possibilidade e impossibilidade de recuperação do querer dizer do autor. Naturalmente podemos entender que isso acontece em qualquer tradução, mas em alguns de seus textos, como os que são examinados no meu trabalho, isso é mais aparente, mais explícito, mais legível. Em outras palavras, para este trabalho, *A verdade em pintura* dá a pensar um processo de autoimunidade - um processo que atrai o que está fora das fronteiras do texto original para dentro da tradução – atuando vigorosamente no ato tradutório e que coloca em cena a morte de *La vérité en peinture* e sua sobrevida.

Pretendo, portanto, na minha tese, levantar questões sobre a ultrapassagem dos limites do original a partir da metáfora biológica da autoimunidade, como foi criada por Derrida em seus últimos livros: *Voyous* (Derrida, 2003), na entrevista “Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos” e em *Foi et Savoir* (Derrida, 2000), em que o filósofo francês examina questões políticas, teológicas e filosóficas com ênfase nos conceitos de soberania, identidade, democracia, em como os herdamos e como os transformamos. Derrida argumenta em torno das aporias inerentes a esses conceitos tradicionais, ressaltando um processo de “autoimunidade” que os ameaça, mas que, ao mesmo tempo, permite a sobrevida desses mesmos conceitos.

Para tanto, o filósofo recorre a noções que se encontram *fora* dos limites da filosofia, importando um conceito da Biologia: nosso corpo possui um sistema imunológico que evita que algo de “fora” - que o estranho ou o estrangeiro (um vírus ou uma bactéria, por exemplo) - penetre “dentro” dos limites do corpo e o destrua. Entretanto, em algumas ocasiões, entra em funcionamento um outro sistema, o sistema autoimunológico, que ataca ou enfraquece as defesas do corpo, permitindo que o de “fora” invada os limites do “dentro”. Mas essa invasão não é sempre ou não é somente uma ameaça, um perigo. É também o que permite, por exemplo, a aceitação de um enxerto ou de um órgão retirado de outra pessoa. Permite que algo de “fora” salve o paciente. Possibilita, portanto, uma sobrevida. Trata-se de uma lógica ilógica pela qual

algo destrói, espontaneamente, aquilo mesmo que, nele, destina-se a protegê-lo contra o outro, a imunizá-lo contra a intrusão agressiva do outro.

Derrida utiliza o quase-conceito de autoimunidade para falar, sobretudo, sobre democracia. O processo democrático supõe liberdade de discussão, supõe liberdade de escolha, mas supõe também a necessidade pragmática de impor um limite a essa liberdade. É necessário, para a sobrevivência da democracia que a própria democracia seja suspensa para poder ser defendida dela própria. O exemplo dado por Michel Lisse é bem claro: durante eleições democráticas na Argélia, em 1992, o processo democrático foi interrompido “para defender a democracia contra ela mesma, que dizer, para impedir, em nome da democracia, a eleição democrática de um partido supostamente não-democrático que teria dado fim à democracia” (Lisse, 2004, p. 280).

Vale notar que essa estrutura é inerente à democracia, não é um desastre que não deveria acontecer, é uma fatalidade inscrita diretamente no processo democrático.

Assim como o filósofo importou esse conceito do campo da biologia para o da filosofia, eu estou importando da filosofia derridiana para os estudos de tradução. Utilizando o conceito de autoimunidade de forma mais ampla ou como uma metáfora para o que acontece no embate entre autor e tradutor.

Dessa forma, o que sempre foi considerado como um limite da tradução – as frases intraduzíveis do texto original - pode ser visto também como um lugar particularmente importante para o ato tradutório, pode ser considerado o lugar onde a tradução se constitui como um ato forte e renovador. Quando o tradutor se depara com um termo intraduzível, um ponto limite em que a tradução falta, muitas vezes não pode escolher entre duas significações possíveis, ou entre a certa e a errada, uma de cada lado de uma fronteira bem demarcada entre a tradução pertinente ou a tradução abusiva. O intraduzível não é a oscilação entre duas traduções, mas é a experiência daquilo que permanece sempre estrangeiro, irredutivelmente idiomático, mas que, mesmo assim, deve se entregar a uma decisão.

Não haveria tradução, no sentido derridiano, sem a responsabilidade de uma decisão, e é justamente nesses pontos limites, nesses pontos intraduzíveis, que ela se faz mais premente, que ela dá a ver toda a sua potência de morte e sobrevivência. E é preciso continuar, não se imobilizar sob pretexto de não fazer jus à complexidade do texto filosófico. O tradutor assume um risco – sem

garantias, sem proteção -, decide sozinho de que forma vai traduzir o intraduzível, cada caso é um caso diferente, cada caso é uma primeira vez, embora se inscreva em uma tradição.

A passagem entre fronteiras é sempre problemática, ela se anuncia por um “passo”, uma oscilação entre a possibilidade de passagem e sua negação, como dá a ler o termo “*pas*”, em francês, muito utilizado pelo filósofo (e dá a ver também a tentativa, por parte da tradutora, de destacar o que o verbo “passar”, em português, possa ter de negativo). A linha que delimita uma língua da outra, a alfândega, a polícia, o visto, o passaporte, a identidade do autor e da tradutora, tudo isso é feito por uma fronteira inefável, problemática. O transpor dessa fronteira, pela tradutora, não é uma escolha, algo que se pode ou não fazer, já que o limite não se deixa produzir como um conceito, com determinações bem enquadradas, emolduradas, nem mesmo como uma tese que vise a conclusões definitivas e demonstráveis. É mais próximo de um sentimento de abismo, de um vácuo que se anuncia a cada “passo”.

Ousar traduzir, não imobilizando a tradução em nenhum valor de verdade, aceitando e denunciando, com modéstia e ousadia, sua eficácia relativa. E tendo consciência que nem todos os erros se equivalem, a tradução falha em muitos pontos, mas não falha por escolha ou sistematicamente. Há, também aí, uma questão de limite, de fronteira entre erros, com toda a riqueza problemática do limite, com toda sua economia e estratégia, como está sendo discutido aqui.

Podemos pensar o limite, a moldura que separa a tradução do original não apenas como uma fronteira entre dois textos, mas como o lugar onde a experiência da tradução corre perigo, corre o risco de se precipitar no abismo da incompreensão e do abuso e deixar de ser uma tradução confiável e renovadora, ou seja, uma fronteira em que, um passo a mais e a experiência tradutória se perde. Não há nada do outro lado da fronteira, o limite, se ultrapassado, acarreta a perda da experiência.

No caso da tradução, a “perda da experiência” seria fazer uma tradução “onde qualquer coisa vale”, uma tradução que não seria considerada correta, que seria abusiva, facilitadora, não-séria. Uma transgressão. Mas para pensar o conceito de transgressão, é preciso considerar a fronteira entre os dois textos como uma linha claramente demarcada, com a possibilidade de escolher ficar de um lado ou do outro. O tradutor deseja, e faz tudo para transladar o que está no território “estrangeiro” para o território de sua língua materna, é isso que se denomina *traduzir*. No entanto, quando se trata de línguas, de tradução entre uma e outra, sabemos (especialmente

por meio da obra derridiana) que o limite está sempre em movimento e que não se trata propriamente de uma escolha. A transgressão, em se tratando do ato tradutório, obedece inevitavelmente à injunção de um *double bind*: não pertence realmente à língua de partida (no caso não seria transgressão nem mesmo tradução) e também não pode instalar-se definitivamente em um território além do original, transformando a transgressão em situação. Não esquecer que, além da potência do limite, do que é possível dar a ver quando se está à beira do abismo, temos também o limite da potência do abismo, onde um passo a mais põe tudo a perder. O que acrescenta à angústia do tradutor é que esse limite não está claramente demarcado, a linha entre as duas línguas é trêmula e incompleta. Mas, se ele não se arrisca a chegar bem perto do abismo, ele não enfrenta, a contendo, sua tarefa.

Podemos afirmar que a questão do limite, da moldura que fecha o original e o abre a traduções renovadas pode ser mais produtivamente examinada ao se traduzir um texto de Jacques Derrida pelas próprias estratégias textuais escolhidas pelo autor, como termos em alemão ou grego conservados entre parêntese, o que coloca uma suspeita inicial sobre a possibilidade da tradução desse termo para qualquer outra língua. E ainda a utilização reiterada de palavras, expressões, homofonias, construções sintática, ditados, aliterações, jogos de palavras etc., que exercem uma pressão contra os dois textos: um acidente de fronteira. Como dar conta, por exemplo, da ligação entre *satis*, e *assez*? ou do jogo fonético entre *sans*, *sang* e *sens*? e de expressão *faire marcher*, empregado repetidamente ao longo de *Restitutions*, último capítulo de *La Vérité en peinture*? Como dar conta dos dois significados de *pas*, que escolhi traduzir, algumas vezes, por “passo”, contando com a ligação, bastante frouxa, entre o andar e o significado negativo desse termo em português. Uma das maneiras de lidar com essas aporias é colocar o termo original em nota de rodapé e deixar a multiplicidade de sentidos em suspenso, aceitar e não anular o equilíbrio instável do texto derridiano. O *glas* soa: a tradução acrescenta e ao mesmo tempo não dá conta – traduz muito ou muito pouco.

Esses termos intraduzíveis configuram uma situação mais premente da angústia para o tradutor, um *double bind* de transformação/conservação do texto de partida em que o tradutor toca e coopera com o original, a partir de certo *hors d'oeuvre*: nem simplesmente extrínseco, nem simplesmente intrínseco. Esse “fora da obra” – acréscimo, suplemento, adição, desvio por outra língua - comporta um risco que todo tradutor conhece: o risco do erro. *Mas quem disse que seria preciso evitar todos esses riscos? E o risco em geral?* (Derrida, 1978, p. 37). Esses pontos limites

nos textos de Derrida não nos conduzem, pelo próprio pensar desconstrutivo, a evitar a experiência da aporia, mas a confiar nela. E, quando falamos de tradução, falamos também de confiança, pois é preciso certa crença na tradução para aceitar as decisões do tradutor como escolhas pertinentes para determinada época.

É essa, portanto, a tese deste trabalho: articular a experiência da tradução - sua possibilidade - com a experiência da potência do limite - sua impossibilidade - quando, por um processo de autoimunidade, abre-se o texto original para o estrangeiro, para aquilo que não habita o território do autor. Pretendo considerar a experiência do ato tradutório como metonímia e reconhecer, na singularidade da tradução de *La Vérité en peinture* algumas das questões e pressupostos que percorrem o pensamento ocidental: a oposição fora/dentro; a possibilidade/impossibilidade do encontro com o outro; o mito da origem e a restituição como apropriação.

Sabemos que Derrida escreve para não ser traduzido e, entretanto, se oferece ao ato tradutório “sem condição”. É o filósofo da tradução e avança barreiras contra a tradução de seus textos. Utiliza estratégias textuais que criam textos-limites e produzem forças de interpretação que minam as fronteiras entre possibilidade e impossibilidade de recuperação do querer dizer do autor. Naturalmente podemos entender que isso acontece em qualquer tradução, mas em alguns de seus textos, como os que são examinados neste trabalho, isso é mais aparente, a potência da aporia atuante em alguns pontos limites do derridiano se faz mais premente e mais legível. Em outras palavras, para este trabalho, *A verdade em pintura* dá a pensar um processo de autoimunidade - um processo que atrai o que está fora das fronteiras do texto original para dentro da tradução - atuando vigorosamente no ato tradutório e que coloca em cena a morte de *La vérité en peinture* e sua sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ARROJO, R. (1992) (org.). **O Signo Desconstruído - Implicações para a tradução, a leitura e o ensino**. Campinas: Editora Pontes.

BERMAN, A. **L'épreuve de l'étranger**. Gallimard, 1984.

DERRIDA, J.. **La vérité en peinture**. Paris : Champs-Flammarion, 1978.

DERRIDA, J. **L'Oreille de l'autre**. Montréal: VLB Editeur, 1982.

DERRIDA, J. **Foi et Savoir- suivi de Le Siècle et le Pardon**. Editions Seuil, 2000.

DERRIDA **Voyous** - *deux essais sur la raison*. Paris: Galilée, 2003.

KANT, I. **Crítica da faculdade do juízo** (tradução de Kritik der Urteilskraft und Schriften por Valério Rohden e Antonio Marques). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

LISSE, M. “La force d’une plume: entre démocratie, littérature et université” em Marie-Louise Maillet e Ginette Michaud, **Derrida**, Cahier de L’Herne p. 280, 2004.

VENUTI, L. (2002). **Escândalos da tradução** (tradução de *The Scandals of Translation* por Laureano Pelegrin, Lucinéia Villela, Marileide Esqueda e Valeria Biondo). Bauru: Edusc.